



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

MINISTRA DE ESTADO
E DA PRESIDÊNCIA

Intervenção da Ministra de Estado e da Presidência

Healthy Ageing UK – Portugal Forum, Lisboa, 11 de fevereiro de 2020

Exmo. Senhor Embaixador do Reino Unido em Portugal,

Christopher Sainty

Exmo Senhor Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian,

Carlos Moedas

Caras e caros convidados,

Os mais atentos à realidade política nacional saberão por certo que o atual governo identificou quatro desafios estratégicos: Alterações Climáticas, Sociedade Digital, Desigualdades e Demografia. E o governo não só identificou estes desafios como estratégicos mas também organizou os seus documentos

programáticos em torno das ações necessárias para lhes dar resposta, garantindo uma abordagem transversal.

No desafio estratégico da Demografia, o governo estabelece diversos domínios de ação: a natalidade, as migrações e o envelhecimento.

Quando olhamos para as questões demográficas sabemos três realidades:

- Que podemos melhorar os números, mas não vamos inverter esta dinâmica – dimensões culturais e sociais, comuns a todos os países desenvolvidos;
- Que é nas Migrações e não na Natalidade que podemos ter uma resposta mais capaz de ter mudanças com significado;
- Que as políticas públicas têm de responder a esta nova realidade, e não à realidade de 1990: e que há uma dimensão de sustentabilidade dos sistemas de proteção social, mas também uma dimensão muito relevante de novas respostas.

O prolongamento da esperança média de vida e, em particular, o prolongamento da esperança média de vida saudável é uma conquista das economias mais desenvolvidas.

Todos já observámos a facilidade com que se cunham novas expressões: os 30 são os novos 20, os 60 são os novos 50.

Estas expressões revelam o inconformismo - e até negação - com que todos nós, em maior ou menor medida, lidamos com o envelhecimento.

Mas estas expressões são também bem reveladoras de como as nossas sociedades estão a ser capazes de prolongar ambições pessoais e profissionais, de saúde física e psicológica, para décadas cada vez mais tardias do desenvolvimento humano.

Se o prolongamento da esperança média de vida saudável é uma enorme conquista das sociedades mais desenvolvidas; também a redução do número de filhos tem uma dimensão que corresponde a termos um país mais desenvolvido.

A verdade é que a crise agudizou fortemente esta tendência. Vale a pena olhar para os números: em quatro anos, reduzimos o mesmo número de crianças nascidas por ano do que em 20 anos anteriores: menos 19 mil crianças entre 2010 e 2014.

O envelhecimento, e, sobretudo, a velocidade a que se está a processar o envelhecimento das populações dos países desenvolvidos, afeta a pirâmide demográfica com uma dinâmica que é muito exigente para as respostas que os cidadãos esperam, e bem!, que os seus governos assegurem.

O atual governo tem políticas ambiciosas tanto no domínio da natalidade como no domínio da imigração. Mas não nos devemos iludir. Por mais bem sucedidas que possam vir a ser estas políticas de natalidade e imigração, elas podem aliviar ligeiramente mas não reduzirão de forma expressiva a magnitude do desafio que enfrentamos com o envelhecimento da população.

De acordo com o *Ageing Report* da Comissão Europeia, o peso da população com mais de 65 anos, em Portugal, subirá de 21% para 35% nos próximos 50 anos. O peso da população com mais de 80 anos mais do que duplicará, de 6% para 16%. Portugal passará a ser o país da União Europeia com o maior peso relativo da população com mais de 65 anos e o segundo país no segmento com mais de 80 anos. Complementarmente, Portugal será o país com o menor peso de jovens até aos 15 anos idade.

Já o Reino Unido é um bom exemplo de como a imigração permite aliviar o impacto relativo. Mas é também um exemplo de como esse pequeno alívio relativo não retira magnitude ao desafio. A Comissão estima que, no Reino Unido, a população com mais de 80 anos também mais do que duplique, de 5,5% para 12,9%.

Estas substanciais alterações demográficas têm natural repercussão nas respostas que os Estados precisam de assegurar às suas populações: saúde, segurança social.

Sem surpresa face ao cenário demográfico já descrito, Portugal é o segundo país em que a despesa com saúde mais vai crescer por conta das alterações demográficas. Segundo as projeções da Comissão Europeia a despesa com Saúde subirá 2,7 pontos percentuais do PIB, três vezes mais do que a média da União Europeia.

Se a magnitude de desafio é expressiva, as respostas políticas não o podem ser menos. O Programa do atual Governo tem um conjunto de medidas ambiciosas neste domínio. Permitam-me que destaque algumas:

- Será aprovada uma estratégia nacional de combate à solidão ajustada aos diferentes contextos demográficos e socioeconómicos;
- Será implementada a figura do gestor do doente crónico, através de projetos piloto, prevenindo hospitalizações evitáveis;
- Serão melhoradas as respostas públicas de cuidados domiciliários, através da modernização e reforço dos meios ao dispor dos profissionais de saúde;

[Aproveito para recordar o sucesso de tem sido a implementação dos diferentes projetos de hospitalização domiciliária.]

- Será duplicado o investimento nas respostas de cuidados continuados integrados garantindo a disponibilização de mais camas de internamento. Já no Orçamento do Estado para 2020 são garantidas mais 800 novas camas de internamento e 200 nas repostas na área da saúde mental;

- Será feito um maior investimento em literacia em saúde, em particular na população com 65 ou mais anos;

- Será dada uma atenção particular aos idosos em situação de isolamento, estando previstos

- um sistema de identificação e sinalização das pessoas a viver em situação de vulnerabilidade associada ao envelhecimento,

- a utilização de novas tecnologias para a monitorização do estado de saúde de pessoas idosas,

- a concretização plena e efetiva das medidas de apoio aos cuidadores informais previstas no respetivo estatuto.

A estas medidas permitam-me que acrescente duas outras de carácter mais universal mas com impacto muito relevante nos mais idosos.

A primeira, a forte aposta nos cuidados de saúde primários garantindo a todos os portugueses não apenas médico de família, mas também uma equipa de saúde familiar, a par do alargamento das especialidades disponíveis nos cuidados de saúde primário.

Acreditamos que esta forte aposta nos cuidados de saúde primários permitirá um acompanhamento mais próximo dos

utentes, melhorando a deteção precoce de doenças crónicas e potenciando a promoção de estilo de vida saudável.

A segunda, a redução dos preços nos transportes públicos. Esta medida teve um impacto muito positivo, em várias comunidades intermunicipais de norte a sul do país, e em vários grupos etários, de estudantes a trabalhadores.

Notámos com particular agrado que a venda de títulos a pessoas com mais de 65 anos subiu de forma espetacular. Subidas de +56% na Área Metropolitana do Porto e de +35% em Lisboa colocaram mais 53 mil idosos a usufruir dos transportes públicos [[Expresso](#)].

Apesar de não dispormos ainda de dados oficiais, tudo parece indicar que na sua esmagadora maioria se trata de uma mobilidade que foi devolvida a estes cidadãos, tanto mais importante se considerarmos os inúmeros efeitos positivos que traz consigo - quebrando isolamentos, promovendo o usufruto de

serviços culturais, combatendo o sedentarismo e promovendo o contacto social.